

PARECER Nº 988/2012 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 585/11 .

De autoria do nobre Vereador Wadith Mutran, o presente projeto de lei dispõe sobre a introdução de parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 14.009 de 23 de junho de 2005, e dá outras providências.

A propositura estabelece regras para reabertura de atividades em imóveis que tiveram o auto e/ou alvará de funcionamento cassados por adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelo órgão regulador competente.

Em defesa de sua iniciativa, o autor justifica sua proposta como forma de minimizar os prejuízos causados aos proprietários de imóveis locados a postos de abastecimento de combustíveis quando da interdição destes por comercialização de combustíveis adulterados.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa manifestou-se pela legalidade da proposta de lei, sugerindo, contudo, substitutivo para adequar a proposta à melhor técnica de elaboração legislativa.

A lei cuja propositura pretende alterar, tem como finalidade reprimir, por intermédio do poder de polícia administrativa local, a comercialização de combustível adulterado, prática que acarreta sérios danos aos consumidores, além da evasão de tributos.

Conclui-se, desta forma, que a proposta intenta elidir qualquer dúvida que paire no tocante ao alcance da lei, responsabilizando somente o locatário pela comercialização irregular de produtos derivados de petróleo.

Diante do exposto, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente manifesta-se favoravelmente ao projeto de lei, na forma de substitutivo ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, com a finalidade de adequá-lo aos preceitos da Lei Complementar Nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE AO PROJETO DE LEI Nº 585/11.

Acrescenta artigos 2ºA e 2ºB à Lei nº 14.009, de 23 de junho de 2005, que dispõe sobre a cassação da licença de funcionamento de postos e gasolina, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo **D E C R E T A:**

Art. 1º Acrescenta artigos 2ºA e 2ºB à Lei nº 14.009, de 23 de junho de 2005, com a seguinte redação:

“Art. 2ºA Somente será expedida nova licença de funcionamento para o exercício da mesma atividade no mesmo imóvel em favor de pessoa jurídica diversa cujos sócios não integrem ou tenham integrado a pessoa jurídica cuja licença tenha sido cassada em razão da infração descrita nesta lei.

Parágrafo único. A expedição de nova licença consoante disposto no caput deste artigo fica condicionada à apresentação por parte do requerente da licença de novo contrato de locação firmado com o proprietário do estabelecimento, bem como à assinatura, junto à Prefeitura do Município de São Paulo, de Termo de Responsabilidade no qual assumirá a obrigatoriedade de não adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool hidratado

carburantes e demais combustíveis líquidos carburantes, em desconformidade com as especificações estabelecidas pelos órgãos reguladores competentes.

Art. 2º B A infração ao disposto no artigo anterior acarretará a cassação da licença de funcionamento e a imposição de multa no valor de R\$ 92.200,00 (noventa e dois mil e duzentos reais)."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 27/06/2012

Carlos Neder – PT

Chico Macena - PT

Dalton Silvano - PV

Juscelino Gadelha – PSB

Paulo Frange - Relator – PTB

Tião Farias - Presidente - PSDB

Toninho Paiva – PR